



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 12 DE OUTUBRO DE 2016.

Nº. 21/2016

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço e António José Rosa de Brito, na qualidade de Vereadores.

Faltaram os Srs. Vereadores Paulo Jorge Maria do Nascimento e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,40 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Referindo-se à presente situação dos acessos ao IP2, no concelho de Castro Verde, o Sr. Presidente da Câmara fez o ponto da situação decorrente da reunião havida com as Infraestruturas de Portugal, adiantando que havia solicitado uma nova reunião com a mesma entidade, e com carácter de urgência, conforme cópia da respetiva documentação que foi entregue previamente a todo o executivo.

Deu o Sr. Presidente igual conhecimento da sua participação nas Jornadas Técnicas da Associação de Agricultores do Campo Branco, realizadas ontem, informando que as mesmas decorreram de forma bastante animada e participativa, onde foram abordados os problemas da seca e os resultantes do corte dos acessos a propriedades agrícolas a partir do IP2, no concelho de Castro Verde, estando, por isso, a ser feito um levantamento efetivo de todas as situações prejudicadas com os mesmos cortes.

Deu ainda o Sr. Presidente conhecimento da intenção de proceder à entrega, nesta reunião, da versão preliminar das Opções do Plano e Orçamento para o próximo ano, contudo tal não foi possível pelo que irá fazê-lo amanhã, tendo em vista a sua apreciação na próxima reunião do executivo municipal.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- Ofício do Conselho de Administração Executivo das Infraestruturas de Portugal, confirmando a informação prestada na reunião havida com esta Autarquia, no dia 30 de Setembro findo, relativamente às obras a realizar no IP2, nas interseções de Entradas, nomeadamente:

“a) Que o acesso Norte passe a permitir apenas entradas e saídas na mão, melhorando a situação atual.

b) Que o acesso Sul permaneça com a atual geometria, melhorando a sinalização aí existente em função da geometria do cruzamento.

A subconcessionária procederá ainda à reposição e regularização dos restabelecimentos, com as devidas condições de transitabilidade e segurança, em conformidade com as condições pré-existentes, impreterivelmente até 31 de Outubro de 2016.

A regularização dos restabelecimentos acima referidos inclui os atravessamentos da Ribeira de Terges e o prolongamento das passagens hidráulicas existentes no IP2 onde se revele necessário, incluindo no restabelecimento existente entre Entradas Norte e Entradas Sul.”

- “E-mail” do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português dando conhecimento do seu Projeto de Resolução “Melhore o acesso aos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento e resíduos”, cuja discussão foi agendada, nesta data, no Plenário da Assembleia da República.
- Cópia do requerimento endereçado ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, pelo Deputado Pedro do Carmo, do Partido Socialista, sobre a intervenção de “requalificação do IP2, entre Entradas e Castro Verde, corta acesso à antiga estrada que funciona como acesso alternativo para máquinas agrícolas e motociclos.”
- “E-mail” do Grupo Parlamentar Os Verdes, acusando a receção do ofício desta Câmara Municipal relativo à sua tomada de posição sobre o Projeto de Lei n.º 231/XIII/1ª. do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português acerca da reposição de freguesias.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Agravamento do IMI em prédios urbanos degradados (aplicação do art.º 112 do Código do IMI):

Apresentou o Sr. Presidente a seguinte proposta:

A deliberação tomada por unanimidade pela Câmara Municipal de Castro Verde, em 15 de Abril de 2015, no sentido de proceder à delimitação e programação de uma Área de Reabilitação Urbana [ARU], nos termos constantes do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana [RJRU], veio dar expressão prática ao dever de promoção da reabilitação urbana que, nos termos do seu artigo 5º, constitui incumbência do Município. Tendo sido já aprovada a delimitação da ARU da Vila de Castro Verde e encontrando-se em processo de aprovação o respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana [PERU], considera-se agora fundamental proceder à rápida operacionalização dos instrumentos de intervenção ao dispor do Município para prosseguir aquele dever.

Neste sentido, em linha com o disposto no projeto de delimitação da ARU da Vila de Castro Verde aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal (igualmente por unanimidade em ambos os casos), e após levantamento levado a cabo pelos Serviços Municipais, solicita-se a aprovação do seguinte:

- notificação de projeto de decisão da Câmara Municipal com vista ao agravamento em 30% da taxa geral do Imposto Municipal sobre Imóveis [IMI], a vigorar em 2017, aos proprietários de imóveis em deficiente estado de conservação, tendo por base o disposto no nº 8 do artigo 112º do Código do IMI para prédios urbanos degradados.

Enquanto projeto de decisão, as notificações supramencionadas são suscetíveis de exercício do direito de pronúncia por parte dos destinatários nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.”

Apreciado o assunto, onde foi presente uma listagem das situações mais graves detetadas e a respetiva localização, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, proceder em conformidade com o proposto, notificando os proprietários dos imóveis em causa deste projeto de decisão, e posterior remessa à Assembleia Municipal para a apreciação e votação.

2. - Mapa centralizador da receita e despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao movimento de tesouraria no período compreendido entre o dia 1 de Janeiro a 30 de Setembro de 2016, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2015	239.878,26 €
Receitas cobradas	7.541.790,47 €
Soma	7.781.668,73 €
Despesas realizadas	7.011.710,96 €
Saldo em 30.09.2016	769.957,77 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2015	207.872,19 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	567.597,26 €
Soma	775.469,55 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	552.933,16 €
Saldo em 30.09.2016	222.536,39 €

- Disponibilidades:

Caixa	37.137,96 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	952.856,20 €
Total das disponibilidades em 30.09.2016	992.494,16 €
Documentos	23.080,79 €
Total de movimentos de tesouraria em 30.09.2016	1.015.574,95 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 30 de Setembro de 2016: 373.090,17 €.

2. -Balancete Mensal Acumulado (Razão):

Tomou a Câmara, igualmente, conhecimento do Balancete Acumulado (Razão) referente ao mês de Setembro, que se anexa à presente ata, dando-se por isso, como aqui integralmente transcrito.

3.- Emissão de parecer prévio para a celebração de contrato de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara a informação/proposta com o n.º de registo 724 do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, que a seguir se transcreve:

Considerando o disposto no art.º 35º/12, da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, Lei do Orçamento de Estado para 2016, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no art.º 3º da Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que estabelece quais os requisitos cumulativos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Neste sentido, solicito a V.Ex.^a, e ao abrigo do disposto no art.º 35º/5, da LOE, parecer prévio favorável para a celebração do contrato de aquisição de serviços de assistência técnica, fornecimento de consumíveis (exceto papel) e peças a fotocopiadoras por ajuste direto (regime geral), pelo preço base de 20.000,00 €/ano.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 35/5º e 10º da Lei nº.7-A/2016 (Lei do Orçamento de Estado para 2016), deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr Vereador António José de Brito, emitir parecer prévio favorável para a celebração do contrato de aquisição de serviços em causa, nos termos acima descritos.

4. - Doação de sepultura no Cemitério Municipal:

Apreciou a Câmara o proposto por Maria Helena Mestre, residente em Castro Verde, no sentido de doar à Câmara Municipal a sepultura nº. 605, situada no talhão 3º esquerdo, fila 7, coval 4, adquirida em 27.12.1984, onde se encontram os restos mortais de sua mãe e sua sogra, justificando a mesma doação por não ter condições de tratar da mesma sepultura, para além de que adquiriu uma outra onde se encontram os restos mortais de seu marido José Correia Luís, falecido em 23.3.2002, acrescentando que não pretende solicitar a trasladação, para outro lugar, dos restos mortais que se encontram na sepultura a doar.

A Câmara, em face da informação prestada pela Secção Administrativa, deliberou, por unanimidade e nominalmente aceitar a doação proposta.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. - Obras particulares/outros:

- **Projetos de arquitetura e das especialidades:**

Apreciou a Câmara os projetos de arquitetura e das especialidades apresentados Nelson Filipe Soares Belchior para construção de habitação unifamiliar na Rua do Poço Cavaco, em Castro Verde (proc.º nº.20/2016), tendo em face do parecer proferido sobre o mesmo pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberado, por unanimidade e nominalmente aprová-los, para efeitos de deliberação final sobre o respetivo processo de obras.

- **Alteração a projeto de arquitetura:**

Apreciou a Câmara o pedido de alteração ao projeto de arquitetura apresentado por João Pedro Ribeiros Marques, no sentido de eliminar a construção de cave na habitação a construir na Rua Sofia de Melo Breyner nº.45, em Castro Verde, a que se refere o processo de obras nº. 8/2016, cuja decisão final sobre o mesmo foi tomada na reunião desta Câmara Municipal realizada no dia 22 de Junho do ano corrente.

A Câmara, em face do parecer proferido sobre o mesmo pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente aprovar a alteração ao projeto de arquitetura em causa.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Concessão de cartões sociais:

Em conformidade com a informação nº. 778, da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Mariana Antónia Rosário, residente em Entradas; Mariana Paulino Figueira, residente no Monte dos Geraldos; José Aurélio Medeiros dos Santos, residente em São Marcos da Ataboeira, todos no escalão A; e a Manuel Silvestre Lança, residente em Santa Bárbara de Padrões, no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de Maria Manuela Isidro Damas, residente em Castro Verde, e de Silvestre José Raposo Carneirinho, residente no Monte de Almeirim, ambos no escalão A.

2. - Concessão de subsídio:

- **À FAMSER - Associação de Apoio a Famílias Desfavorecidas:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“A FAMSER na sua valência de GPS está a organizar o seu primeiro congresso, a decorrer no dia 7 de Novembro de 2016 na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, com o Título Caminhos e Desafios em Jovens de Risco, onde serão debatidas as problemáticas destes jovens.

Considerando o pedido de apoio que se anexa, para a realização do Congresso, proponho a atribuição de um subsídio no valor de 600 €, para fazer face às despesas de impressão da documentação inerente ao evento.”

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António José de Brito, atribuir a FAMSER - Associação de Apoio a Famílias Desfavorecidas o apoio financeiro proposto pelo Sr. Presidente, autorizando o respetivo pagamento.

Justificou o Sr. Vereador António José de Brito a sua abstenção, com a seguinte declaração de voto:

“Tratando-se de uma iniciativa que decorrerá fora do território do nosso concelho (neste caso em Lisboa), independentemente de ser promovida por uma entidade que aqui desenvolve a sua ação, julgamos pouco oportuno que a Câmara Municipal se disponha a conceder este apoio financeiro. Manifestamos igualmente a nossa preocupação com o facto de, num período de difíceis condições financeiras que a Câmara atravessa, não haver um critério mais “apertado” e rigoroso na concessão de apoios financeiros como este.”

3. - Emissão de parecer sobre a escala de turno de serviço permanente da farmácia local:

Foi presente a proposta da escala de turnos de serviço permanente da farmácia local, durante o ano de 2017, enviada pela Administração Regional de Saúde do Alentejo, ao abrigo do disposto no artigo 14º. do Decreto-Lei nº. 7/2011, de 10 de Janeiro, e do nº. 2 do artigo 3º. da Portaria nº. 177/2012, de 12 de Setembro, para que esta Autarquia se pronuncie sobre a mesma.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, pronunciar-se favoravelmente sobre a escala de turnos de serviço da farmácia local, durante o ano de 2017.

GABINETE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

1. - Alteração ao regulamento de Utilização - IN CASTRO:

Apreciou a Câmara a informação do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento na qual descreve:

“O regulamento estabelece as condições gerais de utilização do Centro de Ideias e Negócios “IN CASTRO” evidenciando no seu artigo 7 os serviços adicionais que são disponibilizados.

Porém, para que exista uma resposta eficaz, que resulte numa maior transparência, é necessário uma pequena correção ao Regulamento de Utilização. Propõe-se, para o efeito, que a alínea b) do nº.1 do artigo 7 venha a ter correspondência efetiva com o Tarifário que se encontra em anexo ao Regulamento de Utilização.

Recorde-se que o IN CASTRO negociou um pacote para as chamadas nacionais e móveis e que assegura o pagamento da mensalidade das mesmas. Note-se, que as chamadas de valor acrescentado e chamadas internacionais estão excluídas do pacote pelo que se propõe que as mesmas sejam pagas pelos utilizadores que realizem tais chamadas. Ora estando omissa essa

correspondência, deixamos à consideração do Sr. Presidente a orientação e decisão sobre esta matéria.”

Sobre este assunto, o Sr. Chefe da Divisão de Administração e Finanças, propõe o seguinte:

“Face à questão suscitada pelo Dr. Luís Soares devíamos propor uma alteração à Tabela de Preços da Autarquia, onde seria de incluirmos os valores que pagamos com as chamadas de valor acrescentado e internacionais, nas instalações do IN CASTRO.

- **Chamadas de valor acrescentado e internacionais** - o valor a considerar mensalmente seria variável, tendo em conta o preço do consumo de cada um dos utilizadores, em função da fatura apresentada pela operadora à Câmara Municipal.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente proceder em conformidade com o proposto pelo Sr. Chefe de Divisão de Administração e Finanças.

PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se verificou a presença de público.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,40 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.